

**CESED – CENTRO DE ENSINO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO**

**UNIFACISA – CENTRO UNIVERSITÁRIO**

**CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO**

**RAISSA ALBUQUERQUE DE QUEIROZ**

**O ABANDONO AFETIVO E OS IMPACTOS CAUSADOS NO  
DESENVOLVIMENTO FÍSICO E PSICOLÓGICO DE CRIANÇAS E  
ADOLESCENTES**

**CAMPINA GRANDE – PB**

**2020**

RAISSA ALBUQUERQUE DE QUEIROZ

O ABANDONO AFETIVO E OS IMPACTOS CAUSADOS NO DESENVOLVIMENTO  
FÍSICO E PSICOLÓGICO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico – apresentado como pré-requisito para a obtenção do título de Bacharel em Direito pela UniFacisa – Centro universitário. Área de Concentração: Direito de Família. Orientador: Prof.º da Unifacisa, Antônio Gonçalves Ribeiro Júnior.

CAMPINA GRANDE – PB

2020



Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico – O abandono afetivo e os impactos causados no desenvolvimento físico e psicológico de crianças e adolescentes. Apresentado por Raissa Albuquerque de Queiroz como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Direito, outorgado pela UniFacisa – Centro Universitário.

APROVADO EM: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. da UniFacisa, Antônio Ribeiro Gonçalves Júnior.

Orientador

---

Prof. da UniFacisa.

---

Prof. da UniFacisa.

# O ABANDONO AFETIVO E OS IMPACTOS CAUSADOS NO DESENVOLVIMENTO FÍSICO E PSICOLÓGICO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Raissa Albuquerque de Queiroz\*

Antônio Gonçalves Ribeiro Júnior\*\*

## RESUMO

O presente trabalho dedica-se a buscar dentro do ordenamento jurídico um posicionamento frente a ausência afetiva praticada pelos pais em relação aos seus filhos menores. Entendendo a necessidade de tantos relatos narrados por crianças e adultos que sofrem com a falta de afeto no seu desenvolvimento físico e psicológico, insurgindo em doenças cujas causas podem ser solucionadas a partir do afeto, ofertado gratuitamente pelos genitores. Assim, surge este artigo a fim de trazer para a sociedade a questão do abandono afetivo, tema que vem ganhando notoriedade dentro do Direito de Família com fulcro nos princípios da dignidade humana e da afetividade. Para concretizar esse tema tão relevante optou-se pelo método dedutivo dialético, utilizando a legislação vigente do nosso país, as variadas doutrinas e jurisprudências para conceituar o abandono assim como casos clínicos narrados por psicólogos. A partir desses entendimentos, conclui-se que apesar de ser um tema sem legislação própria, e tenha apenas alguns casos onde apenas existem a cobrança em pecúnia para com os pais ausentes, o artigo traz a importância de demonstrar como o afeto é responsável pelo desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes, afirmando, portanto que embora não se possa cobrar o amor, restringir a relação apenas em uma indenização é como premiar o genitor que se omite da obrigação civil de cuidar e proteger o infante.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direito de Família. Crianças e Adolescentes. Abandono Afetivo. Danos Psicológicos.

## ABSTRACT

The present work is dedicated to seeking within the legal system a positioning against the affective absence in which parents practice in relation to their minor children. Understanding the need for so many reports narrated by children and adults that address a lack of affection in their physical and psychological development, insurgent in diseases from which causes can be solved from the affection, offered free of charge by the parents. Thus, this article appears in order to bring to society the issue of affective abandonment, a theme that has been gaining prominence within Family Law with a focus on the principles of human dignity and affectivity.

---

\* Graduanda do Curso Superior em Direito. raissaaqueiroz97@gmail.com

\*\* Professor Orientador. Especialista em Processo Civil pelo Centro Universitário de João Pessoa e em metodologia do Ensino Superior pela Unifacisa, Professor de Direito Processual Civil da Unifacisa. Juiz de Direito do Tribunal de Justiça da Paraíba. agribeirojunior@yahoo.com.br

To make this topic so relevant, the dialectic deductive method was chosen, using the current legislation of our country, as varied doctrines and jurisprudence as well as clinical cases narrated by psychologists. From partly misunderstandings, it is concluded that although it is a topic without its own legislation, and there are only a few cases of which there is only a charge in cash for absent parents, the article brings the importance of demonstrating how affection is responsible for healthy development of children and adolescents, stating, therefore, that although love cannot be demanded, restricting the relationship to only one indemnity is like rewarding the parent who omits the civil obligation to care for and protect the infant.

**KEYWORDS:** Family Law. Children and Adolescents. Affective Abandonment. Psychological Damage.

## **INTRODUÇÃO**

O Abandono afetivo se caracteriza pelo descuido e omissão entre parentes que tem a responsabilidade civil de cuidar dos seus parentes, principalmente, os pais para com os filhos. Assim, tornou-se uma questão do direito de família sendo uma realidade próxima vivenciada por muitas crianças dentro da nossa sociedade. De certo modo, todo indivíduo conhece a história de alguém ou em sua própria vida, vivenciando esse sentimento de solidão e abandono do afeto.

O conceito de família vem sendo alterado conforme os costumes modernos e nas diversas modalidades de relacionamentos, de filhos, de durabilidade, entre outros. Observando isto, surgem destas relações as crianças, que trazem a forma e a materialidade para a relação de pais e filhos, gerando a obrigação e a responsabilidade civil para os pais.

Permitindo adentrar em tantas histórias de vida, surgiu a necessidade de busca de uma solução ou reflexão para sanar os problemas desencadeados pela ausência dos genitores na vida dos filhos. De modo a demonstrar que o abandono afetivo pode prejudicar e afetar o desenvolvimento intelectual e físico de uma criança. Além disso, promover essas indagações e enxergar com sensibilidade esses acontecimentos, trazem soluções para essas pessoas como forma de satisfação pessoal e social.

Atentar e responsabilizar os pais, tutores e cuidadores dessas crianças sobre esse mal causado pela negligência, desprezo e falta de cuidado é uma possível solução que encontramos. Para assim, buscar preencher lacunas pessoais responsáveis para o desenvolvimento de gatilhos psicológicos, autodestruição e formação de seres apáticos e inseguros.

A Constituição de 1988 trouxe uma rede de proteção para as crianças, além dos direitos e garantias fundamentais de qualquer indivíduo. Ela construiu e permitiu uma sensibilidade nunca

experimentada, além de oportunizar com a norma os cuidados às crianças, ampliando os direitos a serem cobrados dos seus responsáveis, principalmente o afeto.

Ainda neste seguimento histórico, com as diversas leis e códigos que surgiam para reger as relações pessoais e coletivas, surge o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), revolucionário e inovador, norteado pelo princípio da prioridade absoluta e proteção integral da dignidade infanto-juvenil, afim de proteger as crianças e adolescentes.

Oportunizando esse aprendizado, atingiremos o objetivo essencial desse tema: conhecer os direitos inerentes das crianças e discorrer sobre o princípio da afetividade para concretizar nosso raciocínio e nos permitir avaliar o quanto a negligência resultante no abandono pode interferir no desenvolvimento do ser humano. Sendo responsabilidade do Estado, subsidiar a responsabilidade com os pais através de ações sociais, para intervir com soluções inteligentes e maduras os genitores e sua prole.

Além disso, assistir filmes com histórias baseadas em fatos reais, depoimentos de vidas que carregam sentimentos como a dúvida, indignações e frustrações emocionais, assim como, decisões jurisprudenciais com grandes indenizações morais, como forma de amenizar os anos sem o afeto, tudo isso corrobora e impulsiona para elaboração deste artigo.

Combinar ciências jurídicas com a Psicologia engrandece esse tema, por proporcionar um amplo caminho de explicações para serem percorridas. Unir tais ciências é um complemento essencial para se obter explicações sobre comportamento e o sistema psíquico, os quais dão exatidão ao que buscamos: constatar que existe um déficit nas relações abandonadas quando não há presença da afetividade.

Para tanto, é sabido que os mistérios da personalidade, dos comportamentos e dos afetos precisam de estudos e investigações. Temos conhecimento dos dados que comprovam onde é possível encontrar essas soluções, isto é, dentro das famílias. Pois, o núcleo familiar é a peça fundamental para o desenvolvimento social e político do ser humano, por ser o primeiro contexto de socialização, convivência e moralidade.

Para adentrarmos nesta temática, é necessário buscar compreender o cenário em que essas crianças e adolescentes foram inseridos e negligenciados. Além de caracterizar a falta do cuidado e do afeto como reflexo no abandono afetivo conceitual e danoso ao desenvolvimento psicológico dos mesmos.

## CONCEITO CONSTITUCIONAL SOBRE FAMÍLIA

Sabemos que as mudanças sociais muito contribuíram para um novo conceito desse instituto privado que é a família, amplamente protegido pela Carta Magna. Além disso, a Constituição de 1988, ao longo de seus artigos, garante por meio de seus princípios: segurança e eficácia da norma.

O Código Civil criado sob a égide da Constituição Federal traz espaços e limites dentro de uma sociedade civil. Por estabelecer poderes, conceituar sujeitos e relações, responsabilidades, e assegurar direitos fundamentais como dignidade, cuidado, vida, lazer, família e tudo aquilo que é essencial ao desenvolvimento equilibrado para formação do ser humano.

Dessa forma, dentro do estado democrático de direito cabe ao Estado, a sociedade e ao indivíduo, a proteção estatal para a promoção dos direitos fundamentais já mencionados. Porém, como objeto de estudo, o Estado tem papel essencial na proteção, cuidado e disciplina da família, base da sua sociedade. Além de regulamentar essas relações, conforme dispõe o art. 226 da CF/88.

O art. 227 da CF/88 expressamente afirma:

É dever da família, da sociedade e do estado assegurar a criança, adolescente e ao jovem a absoluta prioridade do direito à vida, à saúde, alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de qualquer negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão. (BRASIL, 1988).

Assim, como cita Maria Berenice Dias (2020), é da família que trata 21 vezes a Constituição; é a família que cabe a responsabilidade de cuidar das crianças, adolescentes, jovens e idosos. A assistência social do Estado é para com a família, pois esta é a base da sociedade.

Os códigos e as leis que surgiram em decorrência da Constituição, têm papel fundamental na complementação do direito. Entretanto, jamais na substituição da Carta Magna do Estado, considerada o ápice das normas que regem as relações humanas sociais.

Códigos como o Civil são essenciais no regimento patrimonial e moral do indivíduo e da família. Além do Estatuto da Criança e do Adolescente, que constitui princípios fundamentais como o da dignidade, afetividade e da responsabilidade, são primordiais para reger uma sociedade em construção.

Sendo assim, a família merece espaço social e jurídico, tendo em vista que está sempre em mudança e movimento, o conceito patriarcal como novos padrões estruturais de família. Os quais estão se adaptando a uma nova realidade, sendo ela a pluralidade de famílias, o



reconhecimento de uniões estáveis, a responsabilidade compartilhada na criação de filhos, a igualdade de homens e mulheres e demais segmentos que contribuem diariamente para um novo direito de família.

Ovídio Rocha Barros Sandoval (2014) afirma que

Como a família é anterior à sociedade e ao Estado, tudo que se fizer em desfavor da família, tanto a sociedade como o Estado serão atingidos. A primeira comunidade, para o homem, é a família. Nela o homem ou a mulher acordam para a vida e passam a ter contato humano e social com os outros, a partir de seus pais. É na família que o homem ou a mulher iniciam a sua construção, como pessoa. (SANDOVAL, 2014).

Logo, o vínculo é criado e desenvolvido desse núcleo familiar, além das primeiras impressões de mundo, valores, dignidade e razões sociais. Tendo em conta que é da convivência com o pai e a mãe, que os mesmos educarão o filho, não sendo necessário que estes vivam em comunhão.

Sendo assim, o Poder familiar é a terminologia utilizada dentro do Direito Civil, no capítulo destinado ao cuidado e proteção jurídica aos feitos familiares, os quais foram desenvolvidos e infringidos em algum momento da relação. Esse poder é desenvolvido na figura da mãe e do pai, pois ambos possuem deveres e poderes que a legislação os obriga.

## **DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES**

A Lei nº 8.069/1990 trouxe para a sociedade um estatuto para atuar em defesa e proteção das crianças e dos adolescentes, considerando criança aqueles que tem a idade de zero a doze anos incompletos e adolescente de doze aos dezoito anos de idade. Assim, o Estatuto ganha notoriedade ao ser conjugado com a Constituição Federal de 1988.

As crianças não possuíam proteção, eram consideradas pequenos adultos descartados e algumas marginalizadas pela sociedade, não recebendo nenhuma orientação ou proteção do Estado. Desse modo, a obrigação estatal era omissa ou repressiva quando se tratava de adolescentes infratores. Porém, os ganhos com a criação do Estatuto Das Crianças e Adolescentes foram inúmeros, vejamos o Art. 3º:

A criança e ao adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (BRASIL, 1990).

Além disso, o reconhecimento como pessoa civil detentora de dignidade, respeito e liberdade, trouxe qualidade de vida e responsabilidade para os pais. Assim, por meio do poder familiar, ambos possuem os mesmos deveres sobre seu filho, bem como para o Estado, o qual é soberano ao proteger essas relações e intervir para que prevaleça a dignidade desse ser humano.

À vista disso, é impossível apegarmos apenas ao Estatuto ou somente a Constituição. Ambos congregam valores, princípios e essências, como a preservação do interesse da criança, da dignidade, do afeto e da convivência familiar.

Aliás, a proteção integral da criança e do adolescente exige um comprometimento dos pais. Atentando para as negligências do pai ou da mãe que desenvolvem sequelas emocionais, psíquicas e físicas. Ou seja, a evolução do direito de família enfatiza o dever de cuidar e respeitar que vai além dos bens materiais ofertados.

Sendo assim, um novo tempo no direito de família exige a prevalência dos princípios, a fragilidade ao lidar com sentimentos, personalidade e relações familiares. Os quais mechem com a estrutura social e formação de uma criança e um adolescente, na proporção em que estes convivam em um ambiente familiar saudável e próspero.

Como traz o At. 22 do Estatuto da Criança e do Adolescente (1989):

Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.

Parágrafo único. A mãe e o pai, ou os responsáveis, têm direitos iguais e deveres e responsabilidades compartilhados no cuidado e na educação da criança, devendo ser resguardado o direito de transmissão familiar de suas crenças e culturas, assegurados os direitos da criança estabelecidos nesta. (BRASIL, 1989).

Dentre estes deveres, a educação torna-se a principal para uma sociedade mais equilibrada. Onde educar não é o simples fato de ensinar a escrever, mas é apresentar meios e caminhos, ensinar com a própria vida através do exemplo, enraizando valores humanos para que esses menores cresçam sem traumas ou abalos emocionais.

## **O AFETO COMO VALOR JURÍDICO**

A influência dos europeus sempre teve muita amplitude e soberania dentro da sociedade brasileira, tanto os costumes como os valores eram imposições severas, por não haver discussão sobre determinados assuntos sociais.

A Constituição de 1988 trouxe mudanças muito significativas para as famílias brasileiras, a exemplo da visibilidade e autoridade para figura feminina, deixando para trás uma sociedade totalmente patriarcal. Porém, ao longo desses anos, novas leis foram criadas para adaptar o texto da Carta Magna à realidade familiar tão diversificada. Mas que precisa de igual proteção, buscando assim adaptar todo esse contexto, pois a liberdade e a dignidade humana devem prevalecer.

Além disso, o Código Civil trouxe um grande salto para as famílias, reservou dentro de um direito privado, uma questão coletiva e pública que assegura e resguarda valores e concepções familiares. Para assim, reconhecer a importância do poder familiar e garantir dignidade, conforme constitui nossa Carta Magna, foi um grande avanço para a sociedade brasileira.

As relações eram restritas ao núcleo familiar, ou seja, o Estado não tinha liberdade para intervir sobre as vidas das pessoas. Então a imagem paterna era soberana dentro desses núcleos, as mulheres não ocupavam espaços além dos lares e os filhos eram reconhecidos como legítimos quando fossem gerados dentro do casamento.

Todavia, o afeto era escasso, tendo em vista que as relações pouco contavam com esse sentimento subjetivo, que requer convivência, doação, cuidado e zelo. As relações paternas eram tidas como obrigação e respeito sem afetos, onde o papel do afeto era desenvolvido apenas pela figura feminina e os homens se esquivavam de qualquer demonstração de afeto.

Dentro dessa realidade, surge a consideração por princípios determinantes para reger relações e encontrar equilíbrio e respeito ao se apresentar algo ou fazer determinada situação. Dessa forma, os princípios ditam normas a serem seguidas sem que haja uma interrupção.

Pois bem, no direito de família, os princípios norteadores são abstraídos da Constituição de 1988 e dos demais códigos e estatutos que protegem as relações familiares, sendo eles o princípio da dignidade humana da responsabilidade paterna, da afetividade e do melhor interesse da criança e do adolescente.

Desse modo, o afeto ganhou notoriedade e valor judicial, apesar de não se encontrar explícito dentro da Constituição, foi amplamente reconhecido em todas as cortes, doutrinas e jurisprudências, trazendo a subjetividade para dentro do judiciário. Assim, somos seres afetuosos, temos necessidades afetivas, precisamos de gestos e demonstrações para fixar e manter todas as relações, além das relações biológicas que são fundamentais para determinar nosso material genético.

O amor é uma vertente do afeto. É o lado positivo da relação familiar que constitui uma linha tênue entre a obrigação de cuidar e a faculdade em amar pois, o contrário também existe. Constituindo-se o lado negativo desse sentimento que é o ódio. Precisamos ter o vínculo estabelecido para podermos expressar esses sentimentos.

É, dentro das relações familiares, lugar de desenvolvimento social, como podemos extrair da Constituição, onde encontramos as vertentes positivas e negativas do afeto. Por conseguinte, não podemos elencar todos os problemas existentes, mas consideramos a realidade da abundância, de afeto e a negligência extrema de sua ausência.

Nas palavras de Paulo Lôbo temos (2014):

O princípio jurídico da afetividade faz despontar a igualdade entre irmãos biológicos e adotivos e o respeito a seus direitos fundamentais, além do forte sentimento de solidariedade recíproca, que não pode ser perturbada pelo prevaletimento de interesses patrimoniais. É o salto, à frente, da pessoa humana nas relações familiares. (LÔBO, 2014).

O afeto nasceu das comunicações, do cuidado e do zelo em que as pessoas conservavam com os mais próximos, ou seja, com seus familiares. É um sentimento abstrato, totalmente presente na cultura do brasileiro ser caracterizado pelas relações afetuosas, sendo assim o afeto não poderia ficar apenas no mundo fático, mas ganhar espaço no meio jurídico. E com a beleza da poesia, expõe Bráulio Bessa: “Amor de pai e de mãe não se resume em gerar, quem gera nem sempre cuida, mas quem ama vai cuidar ...” (BESSA, pg. 113, 2018).

O afeto se expande por emoções inexplicáveis, mas que o Direito como ciência mutável e atualizada tem regulamentado as relações humanas sob a otimização da realidade de poder adotar crianças, de realizar o casamento de pessoas do mesmo sexo, a multiparentalidade e tantos atos constitucionais que possuem em sua essência o afeto.

## **O ABANDONO AFETIVO**

Dentro do direito de família, a expressão abandono afetivo vem sendo discutida sob a perspectiva da responsabilidade e da negligência, como bem conceitua o professor de família Rodrigo da Cunha Pereira. O qual caracteriza o abandono como o descuido, uma conduta omissiva de quem tem a responsabilidade e o dever de cuidado dos pais para filhos menores, como é o objeto de estudo desse artigo (PEREIRA, 2020).

Em 2012, a Ministra Nancy Andrighi acolheu o pedido de uma filha que suplicava na justiça uma reparação do abandono que a ausência do seu pai lhe causou, sendo uma decisão inédita e louvável, sob a condição da qual cabe ao direito a devida adequação social dos problemas gerados pela humanidade.

Na doutrina brasileira encontramos vários contrapontos à decisão proferida pela 4ª turma do STJ, onde juristas consideram o afeto um sentimento alheio a responsabilização, alegando a inconsistência para cobrar o amor dentro de relações de pais e filhos. Tendo em vista que monetizar essa relação parece um absurdo, tão logo abandonar os cuidados, deveres e obrigações para com os filhos, e agride grande parte da população brasileira.

A Ministra com sensatez considerou pontos importantíssimos dentro do direito e da psicologia humana e comportamental, como bem ressaltou “não há porque excluir os danos decorrentes das relações familiares dos ilícitos gerais civis, amar é uma faculdade cuidar é dever”, quando um pai cumpre com suas funcionalidades impostas pela legislação, o amor torna-se consequência dos atos praticados (BRASIL, 2012).

Rodrigo da Cunha Pereira (2020) afirma:

A discussão do abandono afetivo transcende os seus aspectos jurídicos e éticos para atingir uma dimensão política e social. As milhares de crianças de rua e na rua estão diretamente relacionadas ao abandono paterno ou materno e, não, apenas à omissão do Estado em suas políticas públicas. Se os pais fossem mais presentes na vida de seus filhos e não os abandonassem afetivamente, isto é, se efetivamente criassem e educassem seus filhos, cumprindo os princípios e regras jurídicas, não haveria tantas crianças e adolescentes com sintomas de desestruturação familiar. (PEREIRA, 2020).

Compreender que é dentro das famílias as primeiras experiências de coletividade, respeito, educação, responsabilidade e afetividade, torna a discussão mais rica. Discussão esta sob a ótica familiar de que o ser humano se desenvolve por meio dos costumes, tradições e afetividade, sendo por meio destas condutas de assistência que surge a obrigação no meio jurídico (PEREIRA, 2020).

Assim, a vida parte do ponto da escolha, optamos constantemente entre o certo e o errado, entre fazer o bem ou mal. Todos temos escolhas, ao decidirmos ter um filho, a responsabilidade nasce ao momento que a vida se mostra no ventre de uma mãe. Dessa forma, estamos diante de dilemas sociais nos quais o abandono advém por vezes do divórcio, de uma gravidez indesejada, de inúmeras causas injustificáveis que preenchem todo o comportamento de descuido e negligência à vida que pusemos ao mundo.

Por isso que o papel psicossocial do pai e da mãe deve ser compreendido separadamente do vínculo conjugal, transcendendo também o vínculo biológico. Os pais são muito mais importantes como função e serviço, onde o vínculo genético tem um papel secundário. A paternidade/maternidade fundada no afeto, caracterizada pelo seu verdadeiro exercício, é a socioafetiva, que deve ser construída dia a dia, independentemente da situação jurídica em que os pais se encontram. Logo, a verdadeira paternidade e maternidade é adotiva, isto é, o pai ou a mãe que não “adotam” o seu filho, mesmo biológico, jamais serão pais em seu sentido verdadeiro (PEREIRA, 2020).

Cabe destacar a partir dessa citação, que o abandono afetivo não está somente em casos raros de separação, a situação conjugal dos pais da criança é apenas um dos fatores para alegar a omissão. Uma vez que, é uma dor sofrida também por aqueles que convivem sob o mesmo teto com os pais e só recebem bens materiais. Sendo assim, é ausente o pai e a mãe que contribui somente com o sustento material para a criação dos filhos (MADALENO, 2020).

O princípio explorado dentro da temática de abandono, além da dignidade humana, destaca-se o princípio da paternidade responsável, à medida que este interliga segmentos sociais do Estado ao passo que interfere na rede econômica. Considerando que a irresponsabilidade tem gerado diversos problemas, como o aumento de crianças abandonadas na rua e o ato de desamparar os filhos, os quais interferem dentro do sistema governamental que utiliza políticas públicas para suprir as necessidades desse menores (MADALENO, 2020).

Concretizamos essa ideia com o mestre Rolf Madaleno (2020):

O exercício da paternidade e da maternidade – e, por conseguinte, do estado de filiação – é um bem indisponível para o Direito de Família, cuja ausência propositada tem repercussões e consequências psíquicas sérias, diante das quais a ordem legal/constitucional deve amparo, inclusive, com imposição de sanções, sob pena de termos um Direito acéfalo e inexigível. (MADALENO, 2020).

Destarte, o instituto da responsabilização tão discutido é apenas uma forma de aplicar uma sanção dentro do direito à quem teve o dever de cuidar e se omitiu. Sendo assim, os impactos do abandono permeiam uma vida inteira, logo a estrutura psíquica é determinada a partir da relação que tem com seus pais, estes devem assumir o ônus e o bônus da criação embora não seja uma gravidez indesejada (PEREIRA, 2020).

## **TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE E A TEORIA DO DESAMOR**

A teoria da perda de uma chance é uma corrente Francesa aplicada e recepcionada no ordenamento jurídico brasileiro, dentro da responsabilidade civil. A qual encontrou espaço para fecundar e aplicar suas bases nas relações familiares, desde que sejam respeitados seus parâmetros de aplicabilidade (ROSENVALD, 2015).

Um dos primeiros autores a tratar sob essa teoria afirma em sua obra:

Com efeito, concretamente, no campo das relações de família (sejam afetivas ou patrimoniais), é possível a prática de determinadas condutas, comissivas ou omissivas, que impliquem subtrair de alguém oportunidades futuras concretas de obter situações favoráveis de conteúdo econômico, ou não. (ROSENVALD, 2015).

A aplicabilidade desta teoria norteia sob dois aspectos: a existência de uma perda e quantificação desta perda. Para verificar se houve uma perda efetiva e significativa que reflete na perda de uma oportunidade/chance positiva, observando sempre o resultado final a fim de obter um valor (SCHREIBER, 2011).

Considerando todo teor e discussão abordada sobre essa teoria associada ao abandono afetivo, consideramos que o mesmo autor que impulsionou essa teoria dentro da doutrina familiarista no ano de 2015, ignora quando se trata de questões afetivas, vejamos:

É que não caracterizam a perda de uma chance eventuais rupturas de vínculos afetivos, decorrentes de manifestações volitivas das partes. Dar e receber afeto é ato de vontade (aliás, da mais pura vontade!), não se podendo falar em frustração de suposta vantagem pela simples retratação do desejo de bem-querer e manter projetos de vida em comum. (CHAVES, 2015).

Em contraponto, Rodrigo da Cunha Pereira (2020), explica:

Perde-se uma chance, tendo em vista uma ação ou omissão produzida por alguém. E é exatamente aqui que podemos por um exercício de hermenêutica jurídica aplicar a possibilidade da perda de uma chance ao filho negligenciado pela omissão parental, na medida em que este ser humano negligenciado perdeu a chance de convivência familiar, tendo em vista uma ação do cidadão abandonado. Perdeu-se a chance de uma convivência afetiva, que poderia ter propiciado um melhor desenvolvimento psíquico. (PEREIRA, 2020).

Percebe-se um avanço dentro do tempo, um lapso temporal curto e benéfico em sede familiarista, bem é sabido que estaremos enquanto sociedade sempre a um passo à frente do direito, mas que este se molda para solucionar os conflitos sociais urgentes e precisos.

Da relação existente dos pais que abandonam seus filhos, encontramos o primeiro pilar da teoria a existência de uma perda. Assim, a quantificação da perda se dá ao momento que o dano tenta ser restituído, fugindo apenas do campo da responsabilidade civil em indenizar o infante

abandonado. Vale salientar que as perdas são imensuráveis visto do campo da psicologia e do próprio direito, quando este perde a oportunidade de ter a convivência familiar com seus pais.

Como Pereira (2015) destaca “A adoção da mencionada teoria, a chance perdida reveste-se de valor jurídico, pois a vítima se priva da oportunidade de obter uma vantagem ou evitar um prejuízo ocasionado pela ação de terceiro”.

Destarte, conclui o ilustríssimo professor Rodrigo da Cunha ao inserir e debater dentro da perspectiva do abandono essa importante teoria: “Portanto, o abandono afetivo pode ter como consequência a aplicação da teoria da perda de uma chance” (CUNHA, 2020).

Culminante a teoria da perda de uma chance apresentada, encontramos uma segunda teoria criada pela Dr<sup>a</sup> Giselda Hironaka (2007), tratando-se da possibilidade de indenização do pai ou mãe que não cumpriu a obrigação de dar afeto aos seus filhos, ficando apenas no financeiro.

Analizando fielmente os casos de abandono afetivo, conclui, que ambas as teorias são consequências de quem abandona seu filho, sendo institutos que surgem para atentar sob essas condutas ilícitas perante os infantes.

Dessa forma, decisões favoráveis estão sempre em benefício da indenização para quem busca reparação civil contra aquele que deveria exercer sua paternidade ou maternidade e foi ausente. O que transpassa o material e patrimonial, sendo decisões contra quem só presta assistência econômica e exime-se da afetividade.

Segue o julgamento da Ministra Nancy Andrighi em 2012 no REsp 1.159.242/SP:

O chamado abandono afetivo constitui descumprimento do dever legal de cuidado, criação, educação e companhia, presente, implicitamente, no artigo 227 da Constituição Federal, omissão que caracteriza ato ilícito passível de compensação pecuniária. Utilizando-se de fundamentos psicanalíticos, a eminente relatora afirmou a tese de que tal sofrimento imposto a prole deve ser compensado financeiramente. (BRASIL, 2012).

Tão certo quanto o julgado citado esclarece a Dr<sup>a</sup> Giselda Hironaka (2007):

É na afetividade que se desdobra o traço de identidade fundamental do direito gerado no seio da relação paterno-filial, que, sem deixar de ser jurídica, distingue-se de todas as demais relações justamente pelo fato de que ela, e apenas ela, pode, efetivamente, caracterizar-se e valorar-se, na esfera jurídica, pela presença do afeto. (HINORAKA, 2007).



## **OS DANOS NO DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO DAS CRIANÇAS**

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente é dever dos pais proporcionar lazer, respeito, educação, afeto, convivência familiar, dignidade e tantos outros princípios importantes para o bom desenvolvimento físico e mental dos filhos.

O art. 19º do ECA explica: “É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral” (BRASIL, 1990).

Considerando os primeiros anos de vida de um bebê que ao chegar no mundo desconhece seus direitos e deveres, tão imaturo por não possuir capacidade civil. Dessa forma, necessita unicamente dos pais para que haja o desenvolvimento, para que supram as necessidades da criança com segurança e responsabilidade.

A mãe se vê em um processo de mudanças constantes seja no cotidiano, nos novos hábitos, na doação em ofertar o colo, o peito, o abraço para quem nem consegue falar. Os pais são necessários para esse suporte, onde o filho passa a reconhecer de início o vínculo que passou a existir através do cuidado, desempenhando para com o bebê.

Os limites de integridade, costumes, hábitos serão inseridos dentro do novo contexto de vida desse ser humano que acaba de nascer, destacando a importância de conviver com os genitores para possibilitar uma segurança para a criança.

É justamente neste ponto, que os danos começam a ser observados, quando a ausência começa a tomar conta na construção desse ser humano. A criança passa a desenvolver comportamentos reprováveis seja na birra, na desobediência, na falta de limites e imposições, pois a família é a única responsável pelo desenvolvimento psíquico dos menores como afirma os doutores de psicologia (SHOR,2017).

Freud (1937-1939) sabiamente afirma, que a criança do seu longo período de infância vive da dependência e carrega toda a herança parental desempenhada pelos pais. Por carregar além da personalidade, as tradições raciais, nacionais da família assim como as exigências do ambiente social da qual está inserida.

No livro “Heranças Invisíveis do Abandono Afetivo” o psicólogo Daniel Schor (2017) desenrola sua obra a partir de casos clínicos verdadeiros de crianças que sofrem os transtornos comportamentais, doenças psicológicas, práticas de autoridade irreais assim como imperatividade como escudo da alma.

Dessa forma, o direito é uma essência que se comunica com as mais diversas áreas do conhecimento civil, seja a conduta, o comportamento, o desenvolvimento estrutural perpassam limites tênues e no direito de família a comunicação com a psicologia. Para assim, tentar compreender consequências de relações afetivas que caminham juntas para um diagnóstico mais preciso e solucionável.

Daniel Schor (2017) é feliz em tentar explicar as situações que acarretaram um trauma na vida dessas crianças. Além dos sofrimentos mortais presos na alma de crianças tão pequenas, cicatrizes que o tempo não consegue fechar ou apagar causado pelo abandono, apresentando perfil de menores com posturas admiráveis e simpáticas, mas que em casa são incompreensíveis e irritadas.

Como destaca Shor (2017) “A ideia de um infeliz destino ocorre, em grande medida, em consequência do que ao sujeito não foi permitido pôr em questão acerca dos enigmas familiares – que contém os inconfessáveis da transmissão psíquica familiar”.

As crianças apresentavam traços de personalidade das mais tímidas as simpáticas desenroladas, das que esperavam ansiosas pela terapia para conhecer sua história, para aquelas que se retraíam ao tentar explicar os traumas existentes. Observa-se que, a dúvida ao ser abandonado percorre por todo período de existência, quando muitos não podem ou temem reviver passados doloridos de rejeição.

Em 2020, a Netflix produziu a animação “Os Irmãos Willoughby”, caracterizado por ser um filme atípico das histórias infantis, na qual narra a história fática de uma família em que os pais não possuem nenhum afeto para com os filhos. Os mesmos são criados à mercê dos outros irmãos, chegando a planejar a morte dos pais para que fiquem órfãos. Durante a trama, o princípio da afetividade ganha notoriedade pois estes preferiram ser adotados por uma babá que ofertou cuidado, carinho, segurança e afeto.

O filme foge dos padrões esperados de família perfeita e traz à tona o choque da realidade de muitas famílias, onde a esperança em possuir a família perfeita torna-se cada vez mais utópica e escassa.

As repercussões subjetivas das situações de abandono afetivo podem ser radicais ou precoces (SHOR, 2017). Cada caso deve ser considerado individual e singular, mas a subjetividade do afeto permeia todas as relações familiares existentes. Além disso, o dano desenvolvido por

quem tem o direito de cuidar, gera crianças ansiosas, depressivas, desobedientes, sem limites, sem confiança pois o sentimento de abandono engrena raízes profundas dentro do ser humano.

## **SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL**

Tratando dos aspectos psicológicos em que se encontram as crianças e os adolescentes, a Lei nº 12.318/2010 vem tratar da Síndrome da Alienação Parental, ou seja, atos praticados por algum dos genitores com o objetivo de difamar, iludir, afastar a criança do pai ou da mãe.

Como dispõe o Art. 2º da lei 12.318/2010:

Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou adolescente, promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a autoridade, guarda ou vigilância, para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este. (BRASIL, 2010).

Essa situação se dá por vezes no momento da separação conjugal dos pais, o sentimento de traição, desrespeito, abandono e angústia que o guardião ficou do ex companheiro provoca graves danos ao tentar transmitir todos estes sentimentos para o menor. Assim, o mesmo passa a reproduzir e acreditar tudo que foi ensinado. Tão logo, começam os problemas psíquicos internos de aceitação, abandono, ausência e revolta por não ter um bom convívio com seu pai/mãe (MADALENO, 2017).

Como bem explica Madaleno (2017):

Os filhos alienados demonstram total ausência de culpa em relação aos sentimentos e à exploração econômica do genitor alienado, o que leva as difamações aos mais elevados níveis de injustiça, porquanto a criança acusa o outro progenitor de algo que ela não sabe se realmente aconteceu, está consciente de que não conhece a verdade dos fatos, porém, seu objetivo a ser atingido é o de denegrir a imagem do pai alienado e enaltecer e defender o alienante, e isto justifica qualquer ato que ele pratique. (MADALENO, 2017).

Todos esses processos que influenciam diretamente no desenvolvimento dos menores são reflexos da maturidade. Uma vez que, quanto mais maduros os genitores forem, as consequências serão menores. Dessa forma, o bem estar dos filhos devem se opor a qualquer desavença que restou da união dos pais, além das mudanças ocorridas na vida a partir da separação que serão administradas para toda vida. Como afirma Rolf (2017), tornam-se crianças que não têm tempo para se ocupar com as preocupações próprias da idade, cuja infância lhe foi roubada pelo desatinado e egoísta genitor que o alienou de um convívio sadio e fundamental.

Dignos de direitos as crianças e adolescentes devem conviver com os genitores, deve ser prioridade o bom desenvolvimento psíquico, físico e emocional afim que construam suas próprias

concepções acerca dos pais. Para assim, interferir no discurso e internalizar o ódio, o desprezo e as injúrias só prejudica a vida dos infantes (DIAS, 2009).

Tão bem expressa Rolf Madaleno (2017) sobre a função do Estado para esse problema:

O Estado tem o dever de intervir e de “quebrar o ciclo” da impune destruição psicológica dos filhos, porquanto os pais devem ter em mente que o que se dissolve é sua união, e não seu parentesco e suas responsabilidades com sua prole, e que seus filhos não vieram ao mundo para servi-los em seus mais recônditos, abjetos e egoísticos desejos. (MADALENO, 2017).

As sequelas provadas pelo abandono afetivo proveniente da alienação parental provoca pelos pais, surgem no decorrer da vida do infante, transformando a criança em um adulto ansioso, depressivo, infeliz. Ou seja, vítimas de comportamentos egoístas de quem deveria ter preservado a convivência, a moral e o respeito do genitor que não teve como conviver no mesmo seio familiar do filho (DIAS, 2009).

Logo, o fenômeno da alienação parental deve ser analisado e trabalhado em sua complexidade. Por apresentar componentes afetivos, emocionais, sociais, legais e culturais, as crianças necessitam desse amparo social, sendo uma prática bastante realizada em separações. Sendo assim, o judiciário deve estar pronto para solucionar casos de alienação, assim como a consequência dele, o abandono afetivo concreto (SILVA, 2009).

Portanto, Jailson de Souza e Silva (2009) enfatiza:

Assim, o problema fundamental no caso da alienação parental não é a ausência de alguma das figuras parentais. A questão central é a violência efetivada contra o ser humano privado de manter um vínculo afetivo/amoroso com alguém central para seu processo de significação existencial; e, na mesma direção, a sonegação do direito do filho ou da filha de terem contato com uma pessoa que é uma referência na construção da sua identidade social e humana. Que a sociedade brasileira possa construir formas democráticas, humanas e respeitadas de garantir esses direitos fundamentais das pessoas envolvidas nesse conflito. (SILVA, 2009).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante de toda temática e discussão apresentada, é possível concluir que o direito de família está passando por um longo processo de transição, em que a modernidade e efemeridade das relações humanas estão refazendo os conceitos sejam eles de casamento, uniões, sexo e afeto. Sendo assim, os comportamentos adotados pelas mais variadas famílias ensejam em um olhar mais peculiar dentro do direito, o olhar genérico e frio frente a legislação não é mais bem recepcionado pela sociedade e assim grandes paradigmas estão sendo debatidos e respeitados.

Neste norte, nos deparamos com os infantes, pessoas de identidades e direitos que embora não exerçam suas vontades efetivas dentro do instituto da capacidade civil merecem um destaque dentro do contexto social como foi explanado. O Estatuto da Criança e do Adolescente traz a segurança e o respeito para proteger, desde a infância à adolescência o desenvolvimento físico e mental de crianças.

Trazer a legitimidade da Constituição Federal aliando ao Código Civil e ao ECA, demonstra o quanto a sociedade evoluiu ao considerar que a vida importa, que crianças possuem direitos e personalidade. O princípio da dignidade humana, culmina e assegura em todas as legislações citadas, que o estado é parceiro das famílias na qual os dois são corresponsáveis pelo desenvolvimento saudável e um futuro menos traumático para as crianças.

Dessa forma, compreender o afeto como valor jurídico e encarar a subjetividade do sentimento que encontra respaldo em princípios constitucionais, transforma todas as relações de famílias. Onde o afeto torna-se a vertente do cuidado, do zelo, da responsabilidade, do respeito sendo devidamente reconhecido dentro dos tribunais, tão importante quanto o sangue que define biologicamente o sentimento de pertença e dever jurídico.

Vale salientar que o princípio da afetividade é bem recepcionado no nosso país, pelo fato de termos desenvolvido uma cultura extremamente afetiva, onde as emoções e os sentimentos tomam conta de qualquer relação humana. Consequentemente, analisar a ausência de afeto é uma realidade que deve ser investigada, pois ser amado faz tão bem quanto não ser (MELO, 2003).

Por seguinte, dialogamos nas consequências da ausência do afeto, chegamos a um denominador o abandono afetivo, praticado por aqueles que devem e tem obrigações legais de cuidar das crianças. Os quais tiveram a escolha de deixar vir ao mundo um ser humano, mas que por tantos motivos negligenciam, se ausentam, não reconhecem publicamente e, por vezes, pagam apenas o material mas não ofertam o afeto.

Dessa forma, tentou-se mostrar o quanto os pais são importantes para o desenvolvimento psíquico das crianças. Trouxemos grandes professores que lutam pelo reconhecimento de demandas judiciais, das quais depreendemos o quanto existe de pessoas que sofrem na nossa sociedade por não conseguir curar-se do vazio da ausência daqueles que nos deram a vida.

A ciência da psicologia foi inserida nesse dilema de mostrar que embora não se tenha o dever de amar, os pais tem a obrigação de cuidar. Sendo a realidade de centros terapêuticos que

buscam solucionar traumas enraizados no mais profundo sentimento, é a parceria ideal para buscar sanções possíveis e justas no meio jurídico.

Daí, reiteramos a importância em dialogar as duas ciências, o direito e a psicologia, o quanto é importante para tantas pessoas terem voz para desvendar histórias de abandono. O quanto isso fere e interfere no desenvolvimento físico e psicológico, tendo em vista que os únicos responsáveis por tais danos adotaram condutas negativas, omissivas e cruéis para com seus filhos.

Deste artigo compreendemos que não podemos cobrar sentimentos e afetos, que embora haja a pecúnia, entretanto, os filhos precisam da presença dos pais, sejam estes biológicos ou afetivos. Mas que necessitam de pessoas que preencham lacunas e excluam de existência o sentimento de abandono que tanto causa dor e sofrimento ao longo da sua vida dentro da sociedade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 02 de agosto de 2020.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**, 1990. <<http://presrepública.jusbrasil.com.br/legislacao/91764/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-lei-8069-90>> Acessado em 04/09/2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso especial nº 1.159.242 - SP. Lex: Jurisprudência do STJ.** Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=200901937019&dt\\_publicacao=10/05/2012](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=200901937019&dt_publicacao=10/05/2012)>. Acesso em: 10 de setembro de 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.318** de 26 de agosto de 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12318.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12318.htm)>. Acesso em 18 de outubro de 2020.

BESSA, B. **Poesia que transforma**. Sextante, 2018.

DANIEL, S. *Heranças invisíveis do abandono afetivo*: Editora Blucher, 2017. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521211716/>. Acesso em: 28 out 2020.

DIAS, M.B. **Manual de Direito das Famílias**, 13ª edição, JusPODIVM, 2020. Acesso em: 23 de setembro de 2020.

HIRONAKA, G. M. F. N. Artigo: **Os contornos jurídicos da responsabilidade afetiva na relação entre pais e filhos – além da obrigação legal de caráter material**, IBDFAM, 2007 Disponível em <https://ibdfam.org.br/artigos/289/novosite>. Acessado em 10/09/2020.

LÔBO, P. L. N. **Princípio jurídico da afetividade na filiação**. IBDFAM, 2004. Disponível em: <https://www.ibdfam.org.br/artigos/130/Princ%C3%ADpio+jur%C3%ADdico+da+afetividade+na+filia%C3%A7%C3%A3o#:~:text=O%20princ%C3%ADpio%20jur%C3%ADdico%20da%20afetividade,pelo%20prevalhecimento%20de%20interesses%20patrimoniais>. Acesso em: 08/07/2020.

MELO, F. **Marcas do Eterno**. São Luís, Belo Horizonte/MG.2003. duração: 4 min e 53 segundos.

**OS IRMÃOS WILLOUGHBY**. Kris Pearn. Netflix, 2020.

PEREIRA, Rodrigo. **Responsabilidade Civil Pelo Abandono Afetivo**. In: MADALENO, Rolf. Responsabilidade Civil no Direito de Família.: São Paulo. Editora Grupo GEN, 2015.p.399-410. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597000689/>. Acesso em: 15 de setembro de 2020

PEREIRA, Rodrigo. **Direito das Famílias**, Grupo GEN. Editora: Forense,2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530990824/>. Acesso em: 28 out 2020

ROSENVALD, C. C. D.F.N. **Curso de Direito Civil FAMÍLIAS**. 7ª edição. São Paulo. Atlas, 2015.

Rolf, MACCM **Síndrome da Alienação Parental - Importância da Detecção - Aspectos Legais e Processuais**, 5ª edição. Grupo GEN, 2017. Acesso em: 19 nov 2020.

SANDOVAL, O. R. B. **Reflexões sobre a destruição da família**. Migalhas, 16 out. 2014. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI209295,11049-Reflexoes+sobre+a+destruicao+da+familia> Acesso em 16 out. 2020.

SCHREIBER, Anderson. **A perda de uma chance na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça**: comentários ao acórdão no REsp 1.104/RS (rel. Min. Massami Uyeda, Dje. 04.08.2009). In: FRAZÃO, Ana; TEPEDINO, Gustavo (Coord.). Superior Tribunal de Justiça e a reconstrução do direito privado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 93 e 94.

SIGMUND, Freud. **FREUD (1937-1939) MOISÉS E O MONOTEÍSMO, COMPÊNDIO DE PSICANÁLISE E OUTROS TEXTOS**. 1ª Edição. Editora: COMPANHIA DAS LETRAS.2018.

SILVA, Jailson. **Sobre a Alienação Parental**. In: SILVA, Alan. A morte inventada: alienação parental em ensaios e vozes. São Paulo: Saraiva,2014. p. 205-211. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502616226/>. Acesso em: 08 de out de 2020